PRIMEIRO PLANO

Lutas laborais

Pré-avisos de greve

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS/GEP/DGERT/PORDATA

Greves por atividade, em 2017

N.º médio de dias de trabalho perdidos por mil trabalhadores

	Número de trabalhadores em greve	
TOTAL	19 505	11,1
TOP5		
Indústrias extrativas	994	440,8
Transportes e armazenagem	2537	52,3
Atividades de informação e comunicação	2048	28
Captação, distribuição e tratamento de água	253	18,5
Atividades de saúde humana e apoio social	2689	13,3

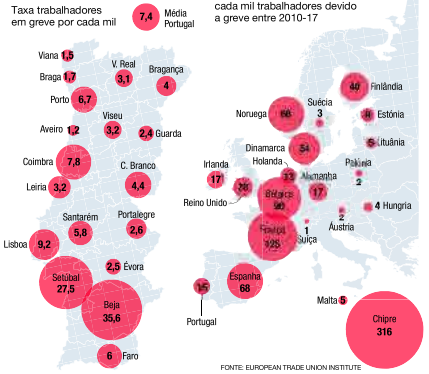
Número de greves por subsetor

Com mais greves

	2017	2018*
Administração	39	12
Saúde	37	50
Justiça	35	34
Educação	26	54

* até 25 de outubro

Por distrito
(em 2017, no setor privado)
Taxa trabalhadores em greve por cada mil



FONTE: EUROPEAN TRADE UNION INSTITUTE

Administração Pública duplicou greves desde 2015

Expectativas em crescendo não foram cumpridas, referem sociólogos

Aproximação de eleições anima Oposição para incitar protestos adicionais

Centrais sindicais queixam-se de "diálogo de surdos" com Governo

Erika Nunes
erika@jn.pt

TRABALHO As greves de trabalhadores da Administração Pública já duplicaram em 2018 face ao ano em que António Costa assumiu o cargo de primeiro-ministro: registaram-se 87 protestos em 2015 e este ano, até final de outubro, os pré-avisos chegaram a 173. No setor privado, as paralisações têm-se mantido a níveis equivalentes nos últimos anos, mas podem subir em 2019.

"Os grupos profissionais mais organizados sentiram-se capazes de, perante um Governo mais acessível para atender às reivindicações, exigir a recuperação de condições económicas e de outras que surgem das expectativas elevadas", analisa Manuel Carlos Silva, sociólogo e investigador na área do trabalho. As greves são, afinal, sinal de "um Governo mais aberto do que o anterior", uma vez que, nos anos da crise, "houve duas ou três iniciativas com grande adesão e, depois, o medo de ser mal visto ou despedido por fazer greve calou os protestos".

ECONOMIA DÁ O MOTE

As melhorias da economia justificam os protestos, na perspetiva da CGTP. "Com o crescimento da economia e o aumento dos lucros das empresas, os salários não acompanharam essa evolução", aponta Arménio Carlos. "Na Administração Pública, foram negociadas condições e assumidos compromissos de negociações que não vieram a concretizar-se por falta de resposta do Governo", acusa. O responsável da outra central sindical, Carlos Silva, da UGT, também atribui o aumento dos protestos ao "diálogo de surdos por parte do Governo que descambou neste número de greves".

"O Governo tem-se alheado dos compromissos que fez e isso permite que outros tirem partido [político] disso", alerta o sociólogo. Sem dúvida que "há incitamento político na sucessão de greves", diz João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços, um dos setores privados com mais greves.

"Algumas reivindicações são realistas, outras um bocado forçadas, pelo que sentimos que há aqui grande interferência política e também algum oportunismo sindical, num momento de pressão do Governo", analisa Vieira Lopes. As empresas "sabem que as pessoas perderam poder de compra durante o período de ajustamento, mas demora algum tempo a recuperarem" para poderem atender às reivindicações dos trabalhadores.

DESGASTE ACUMULADO

O aumento das greves resultará, então, de uma "fome" de eleições que se juntou à "vontade de comer", como diz o povo. "Há uma enorme insatisfação e desgaste dos trabalhadores que permite antever um 2019 difícil", resume Carlos Silva, da UGT. "Já estão anunciadas greves na Justiça, na Saúde, enfim, tudo devido à clara incapacidade do Governo atenuar a frustração e dar resposta às necessidades dos trabalhadores. Do que é que o país estava à espera?", questiona.

Bombeiros
Os bombeiros profissionais vão estar em greve de hoje a 2 de janeiro.

Guardas prisionais
O Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional marcou uma greve entre hoje e dia 23.

Supermercados
O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio convocou greve dos funcionários dos supermercados para dia 24

Fisco
O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos convocou uma greve entre os dias 26 e 28.

Notários
O Sindicato dos Registos e Notariados emitiu um pré-aviso de greve para os dias 26 a 28.

Telecomunicações
Precários das telecomunicações (recrutados da Manpower e RHmais) convocaram greves para os dias 24 e 31.

Magistrados
O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público decretou greve para início de fevereiro.

Há protestos que demoram anos a dar resultados

Eficácia é estatisticamente baixa, mas acordos são alcançados através da persistência

Erika Nunes
erika@jn.pt

LUTA A maioria das reivindicações na base das greves de 2017 no setor privado não foram atendidas, segundo os dados estatísticos do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Entre todas as reivindicações, só foram totalmente aceites 1,2%, 10,4% parcialmente aceites e 88,4% recusadas. Será que a greve perdeu eficácia?

"As greves podem não concretizar a totalidade dos objetivos, mas em grande parte ainda são eficazes", assegura Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP. "Temos tido casos em que consegue a atualização salarial, a passagem de trabalhadores precários a efetivos, a redução de horários de trabalho ou, quanto mais não seja, têm conseguido impedir que seja invocada a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho", adianta.

Ainda que parta da premissa que "as melhores greves são as que não se realizam", Carlos Silva, responsável da UGT, acredita que "as paralisações continuam a ser eficazes, mesmo se, na Saúde, por exemplo, ainda não conseguiram desbloquear as negociações".

Recordando o exemplo recente dos protestos dos estivadores de Setúbal – que acabou por trazer a público a precariedade crónica no trabalho portuário e permitiu admitir parte dos lesados –, o sociólogo Hermes Costa aponta que "há resultados de lutas que levam anos a ser alcançados" e que "protestar ou fazer greve pode valer a pena, por exemplo, se levar as empresas ou o Governo a ceder (pelo menos parcialmente)".

A maioria das reivindicações de greve, no ano passado, não dizia respeito a salários: 18,3% das reivindicações eram sobre emprego e formação e 13,8% sobre condições de trabalho. Manuel Carlos Silva, especialista em Sociologia do Trabalho, acrescenta que "há motivações de greve que ultrapassam as reivindicações económicas e dizem respeito também a uma melhoria do bem estar geral, como sucedeu com a greve dos professores ou, agora, com a dos enfermeiros". O docente crê que "a melhoria do Serviço Nacional de Saúde é a motivação primeira e mais importante" da atual greve dos enfermeiros, mesmo se a opinião pública nem sempre entenda tal. "Os grupos não organizados e que não obtêm vantagem com greves tendem a achar que é algo de privilegiados e, como não beneficiam, condenam. É sinal de uma sociedade pouco moderna", avalia.

Motivações

Distribuição (%) por objetivo e resultado alcançado

Reivindicações		RESULTADO Totalmente aceites	Parcialmente aceites	Recusadas
Salariais	8	3	41,9	55,1
Condições de trabalho	13,8	0,7	18,9	80,4
Emprego e formação	18,3	0	1,7	98,3
Processo de regulamentação coletiva	1,3	0	5,4	94,6
Livre exercício de direitos sindicais	0,1	0	100	0
Ação disciplinar	0,1	0	100	0
Cadernos reivindicativos	0,3	37,5	0	62,5
Estatuto ou estrutura da empresa	8,8	0	0,4	99,6
Reivindicações não especificadas	49,4	1,5	7,9	90,6

FONTE: GEP/MTSS

~~ENTREVISTA~~

"É um sacrifício para quem adere"

Hermes Costa
Sociólogo, autor de "Sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?"

Como se explica este aumento de greves?
A "capa social" de um Governo socialista criou expectativas de recuperação do terreno perdido no ciclo político anterior. No final da legislatura, o discurso do sucesso económico parece não ter tido ainda acompanhamento do ponto de vista social. Ainda que o Governo não pareça preocupado com as legislativas, não tirar ilações desta onda de conflitualidade poderá ser imprudente.

O presidente já pediu moderação a quem faz greves. Já são em exagero?
Não creio que o "recado" do presidente se destine apenas a quem faz greve. Subjaz ao seu discurso uma mensagem para a sensibilidade social do Governo. Em última análise, a posição do presidente vai no sentido de garantir o necessário equilíbrio entre o bem estar público e os interesses setoriais.

As greves são eficazes?
As greves são o recurso de que as estruturas sindicais se valem quando as formas de diálogo se esgotaram ou ficaram num impasse. É um ato de sacrifício, por sinal sujeito à "penalização" adicional da opinião pública. Mas protestar ou fazer greve pode valer a pena, se levar as empresas ou o governo a ceder (pelo menos parcialmente).

Ministra convoca todos os sindicatos para reunião não negocial

Enfermeiros vão cumprir escalas no dia 21 para operar máximo de doentes oncológicos e urgências diferidas

Inês Schreck
ines@jn.pt

HOSPITAIS Com a greve cirúrgica a decorrer há quase um mês em cinco hospitais e que já adiou mais de sete mil cirurgias, a ministra da Saúde convidou todos os sindicatos – incluindo os que promovem esta paralisação e com quem Marta Temido tem recusado negociar – para uma reunião, na sexta-feira, "à margem das negociações".

Convocada para "desenvolver uma reflexão conjunta sobre o atual quadro na área da saúde", a reunião é um sinal de aproximação entre a tutela e os sindicatos e surge no dia em que a Ordem dos Enfermeiros (OE) apelou a um entendimento urgente do Governo com os sindicatos. Para a bastonária, que reúne hoje com a ministra, se não houver acordo, vai agravar-se o adiamento de cirurgias.

Por seu lado, os sindicatos que convocaram a greve às cirurgias programadas (ASPE e Sindepor) decidiram dar uma trégua antes do Natal para que os hospitais possam operar o máximo de doentes oncológicos e urgências diferidas (chegam à urgência mas não precisam de cirurgia imediata). Depois de amanhã, os centros hospitalares do Porto, S. João, Coimbra, Setúbal e Lisboa Norte vão operar os casos que se têm acumulado. As cirurgias programadas não serão realizadas.

Ontem, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Enfermeiros chegou a acordo com o Governo e decidiu cancelar a greve prevista para os dias 26,27 e 28.

VASCO PEIXOTO/LUSA

Sindicatos dos enfermeiros estão divididos

Professores acenam com um 2019 mais contestatário do que o ano que termina

Negociação entre Governo e sindicatos, para contagem do tempo de serviço, acaba em desaguisado

DESACORDO A última reunião de 2018 entre o Governo e os sindicatos dos professores acabou de novo com reações extremadas, sobre a impossibilidade de se chegar um acordo para a contagem do tempo de serviço, congelado desde a viragem da década.

Tendo em conta o tom que pautou os encontros no último ano, não houve nenhuma mudança surpreendente. Mas o líder da Fenprof, Mário Nogueira, ameaçou que a luta do setor "vai fazer a diferença" em 2019, já que do outro lado das negociações está uma "parede de intransigência".

O Governo rejeitou a proposta das dez organizações sindicais presentes, que passa por recuperar os nove anos de forma faseada, até 2025. A secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, defendeu que isso significa "hipotecar o futuro dos próximo governos e dos portugueses". De forma unilateral, o Governo avança com um diploma que só prevê a recuperação de dois anos, nove meses e 18 dias.

A solução está na mão de Marcelo Rebelo de Sousa, que pode promulgar primeiro o Orçamento do Estado de 2019, onde consta uma norma – aprovada pelo PSD, CDS e PCP – que obriga o Governo a negociar com os professores no próximo ano. A acontecer, o diploma do Executivo fica sem efeito.

NUNO MIGUEL ROPIO